

Gilberto Freyre no Brasil Contemporâneo: a tradição da mestiçagem e a atual polêmica em torno da questão racial

Ângela Maria Dias (UFF)

RESUMO

O ensaio discutirá as noções de Gilberto Freyre acerca da “civilização luso-tropical” e da “mestiçagem”, relacionando-as ao atual debate público no Brasil sobre a identidade racial e a afirmação dos moradores das periferias contra as desigualdades sociais e o processo histórico de discriminação. Tais temas serão desenvolvidos no romance Brasileiro nas tramas de violência urbana, produzidas desde os anos 1970, tanto quanto no recente movimento auto-descrito como “literatura marginal”. Finalmente, o texto investigará um dos últimos trabalhos do escritor angolano Agualusa, como um emblema de uma linhagem específica do pensamento brasileiro, que presente a “mestiçagem” como horizonte político.

Palavras-chave: Gilberto Freyre, José Eduardo Agualusa, mestiçagem, luso-tropicalismo.

O conceito de ecologia, adotado por Gilberto Freyre, no início dos anos 60, compreendendo uma “atitude artística para com a própria natureza, através de uma nova filosofia das relações gerais do homem com o espaço” (Freyre, 1980, p.31), constitui o eixo teórico da sociologia da arte, na qual desenvolve a idéia de “estilo tropical”. Baseando-se na obra de Kroeber que propõe a noção de “estilos de civilização caracterizados por vários traços” e manifestados “através de respostas a um ambiente ‘total’” (Freyre, 1980, p.127), o antropólogo introduz a perspectiva da “civilização luso-tropical”, visando uma maior “aproximação em torno de motivos artísticos ou de atividades de ordem estética (...) entre brasileiros e portugueses, quer da Europa quer do Ultramar” (Freyre, 1980, p.126).

A potência polêmica da formulação, em suas extensões políticas, — gerando, inclusive grandes restrições, em função do relacionamento entre Freyre e Salazar, o ditador de Portugal, na época — não impede que reconheçamos a sua ressonância, desde então, bem como a sua influência na reflexão em torno da cultura brasileira.

O luso-tropicalismo, desenvolvido a partir do que o intelectual considera uma Sociologia ou uma Antropologia ecológica, defendida segundo ele, desde 1936, caracteriza “um estilo simbiótico de transculturação ao mesmo tempo que de adaptação do europeu aos trópicos” consumado pela “interpenetração cultural” combinada à “miscigenação biológica” (Freyre, 1980, p.123).

O fervor de Freyre na defesa da idéia de uma “comunidade luso-tropical que

inclua Portugal, o Brasil e as províncias portuguesas da África e do Oriente” (Freyre, 1980, p.123) e sua crença na possibilidade de surgimento de “um terceiro estilo de cultura”, a partir do aprofundamento da integração, hoje, certamente sobrevivem na bem menos mítica, mas recente *Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa*, criada no final do século passado. E, se “a lusofonia sem um mínimo de mitologia cultural partilhada”, como o reconhece Eduardo Lourenço, reduz-se apenas à prática da comunicação, o melhor, ainda conforme o crítico, é torcer para que “a vontade de nos imaginarmos comunidade acabe por nos convencer de que o somos” (Lourenço, 2001, p.174).

Nesse sentido, é forçoso avaliar, que, mesmo com os avanços, o presente é bem menos alentador do que sonhava o pensador de Apipucos, em sua louvação das “antecipações triunfantes” (Freyre, 1980, p.124) do talento simbiótico hispano-tropical, produzidas pelos artistas brasileiros, desde a escultura do Aleijadinho, até a música de Villa-Lobos, a arquitetura de Lúcio Costa, de Oscar Niemeyer, ou a pintura de Portinari, Di Cavalcanti, Pancetti, Cícero Dias e muitos outros modernos (Freyre, 1980, p.123). Em termos de crítica da cultura brasileira, por exemplo, a aposta entusiasta na vocação integradora do luso-tropicalismo vai suscitar a constante do elogio da mestiçagem.

Ainda nos anos 60, em *Tenda dos Milagres*, Jorge Amado, através de seu herói, ficcionaliza a miscigenação como “original e notável contribuição brasileira à solução do problema de raças” (Amado, 1969, p.364).

Nos anos 90, em plena maré da redemocratização, a obra de Darcy Ribeiro, sem adotar o mito da democracia racial, deságua na celebração de uma “etnia brasileira”. Segundo o antropólogo, no avesso da descaracterização, “alcançam-se assim, paradoxalmente, condições ideais para a transfiguração étnica pela desindianização forçada dos índios e pela desafricanização do negro, que, despojados de sua identidade, se vêem condenados a inventar uma nova etnicidade englobadora de todos eles” (Ribeiro, 1995,p.442).

Nesse sentido, *O Povo Brasileiro* bem podia chamar-se de *Viva o Povo Brasileiro*, para lembrarmos o título do romance de João Ubaldo Ribeiro, já que termina na exaltação do assimilacionismo capaz de transformar a “ninguendade” de “um povo mestiço na carne e no espírito” (Ribeiro, 1995,p.447) numa “nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros”, então definidos como uma “nova Roma”: “Uma Roma tardia e tropical”.

Entretanto, esta linhagem de otimismo, embora resistente, vai perdendo o fôlego. Desde os anos 70, ela convive com um outro tipo de ficção. Uma ficção que, sem mais se preocupar com o caráter nacional, propõe-se a apresentar a experiência urbana, despojada de qualquer glamour, como violenta e desumana. Rubem Fonseca, em 1975, escreve *Feliz Ano Novo*, uma coletânea de contos que, hoje, pode ser vista como um marco. E não apenas pela aura de obra maldita, em decorrência da censura que sofre, mas, sobretudo, porque no seu último conto, “Intestino Grosso”, batiza a literatura que encarna como “pornografia terrorista” :

“...um código anafrodisíaco, em que o sexo não tem nem glamour, nem lógica, nem sanidade — apenas força. (...) Exemplos destacados desse gênero são os livros do Marquês de Sade e de William Burroughs, que causam surpresa, pasmo e horror nas almas simples, livros onde não existem árvores, flores, pássaros, montanhas, rios, animais — somente a natureza humana.” (...) Eu nada tenho a ver com Guimarães Rosa, estou escrevendo sobre pessoas empilhadas na cidade, enquanto os tecnocratas afiam o arame farpado. (...) Não dá mais para Diadorim” (Fonseca, 1975,p.143).

A própria contextualização, radicalmente anti-ecológica, promete a denegação da alta literatura da nacionalidade, em favor da exposição crua e sem a mediação metafórica, da crueldade contemporânea, numa cidade sem marcas e sem paisagem.

Hoje em dia, tal tipo de produção persiste, multiplicando estratégias e dicções para expressar o trauma urbano, em perspectivas cada vez mais distanciadas das convenções da literatura canônica e mais contaminadas pela inflação tecnomidiática da imagem e dos dispositivos de comunicação eletrônica.

Diante desse pano de fundo desconcertante de fratura sócio-cultural e sociabilidade em colapso, as ficções gentis e utópicas da identidade mestiça e do estilo tropical cedem lugar à exposição do real como inverossímil e absurdo. Nessa direção, cada vez mais os personagens das periferias pobres, das favelas, e dos guetos ganham o centro da cena, num tipo de produção híbrida, entre o testemunho, o debate de inflexão ensaística, a invenção romanesca e o memorialismo.

O surgimento, durante a última década do século passado, de uma literatura automeada como marginal, porque instituída como movimento comprometido com a afirmação identitária das comunidades periféricas e engajado no seu auto-reconhecimento como grupo, constitui, dentro da pluralidade das vertentes de criação e pensamento atuais, um evento bastante significativo. Os espoliados não se comportam mais apenas como personagens falados pelo escritor classe média, maldito ou não, agora falam com a própria voz. Afirmam, em dicções díspares, o direito ao grito e à dignificação contra os apelos da miséria e do crime.

Já testamos em outro lugar o conceito camuseano¹ de revolta e de homem revoltado para pensar o estatuto político-existencial dessa literatura “feita por minorias (...) à margem dos núcleos centrais do saber e da grande cultura nacional” (Ferréz, 2006, p.12). Ao refletir sobre o valor que mobiliza o homem revoltado, Albert Camus argumenta que deve tratar-se de algo que, mesmo ainda confuso, envolve o que é comum a todos, já que “a afirmação implícita em todo ato de revolta se estende a qualquer coisa que ultrapassa o indivíduo, na medida em que essa mesma revolta o arranca à sua suposta solidão e lhe fornece uma razão para agir” (Camus, 1951,p.28).

A implicação entre revolta e solidariedade, fundada no reconhecimento de que há uma integridade de ser a preservar, vai diferenciar a ação revoltada do ressentimento que, tendo um caráter passivo e invejoso, ao invés de defender algo que já se possui, deseja, em primeira instância, possuir o que atribui ao outro. Por isso, como o considera o filósofo, em sua natureza genuinamente afirmativa, a revolta, “de princípio não pensa em conquistar, mas em impor” (Camus, 1951,p.31).

O volume *Literatura marginal Talentos da escrita periférica*², coletânea recentemente publicada como desdobramento das três edições da revista *Caros Amigos* sobre o tema e coordenada por Ferréz, vai servir-nos como amostragem da heterogeneidade desses escritos.

Na introdução, intitulada “Terrorismo literário”, o organizador caracteriza a palavra coletiva como revoltada, na acepção camuseana, ao enfatizar a sua afirmatividade contra o que seria a exposição queixosa da própria penúria. Ou seja, não se trata de encenar o drama ressentido do cobrador rubemfonsequiano ansiando pelos consolos consumistas da classe média alta, mas de enunciar que “o sonho é não seguir o padrão” porque “aqui ninguém quer humilhar”, mas, ao mesmo tempo, “somos o contra sua opinião”³.

A capoeira não vem mais, agora reagimos com a palavra, porque pouca coisa mudou, principalmente para nós.

Não somos movimento, não somos os novos, não somos nada, nem pobres, porque pobre, segundo os poetas da rua, é quem não tem as coisas.

Cala a boca, negro e pobre aqui não tem vez! Cala a boca!

Cala a boca uma porra, agora a gente fala, agora a gente canta, e na moral agora a gente escreve.

Quem inventou o barato não separou entre literatura boa / feita com caneta de ouro e literatura ruim / escrita com carvão, a regra é só uma, mostrar as caras. Não somos o

retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmos a nossa foto. (...)
O sonho não é seguir o padrão, não é ser o empregado que virou patrão, não, isso não, aqui ninguém quer humilhar, pagar migalhas nem pensar, nós sabemos a dor por recebê-las.
Somos o contra sua opinião, não viveremos ou morreremos se não tivermos o selo da aceitação, na verdade tudo vai continuar, muitos querendo ou não. (FERREZ, 2005, p.09)

E depois, ao anunciar as condições histórico-sociais para o surgimento da própria revolta numa interessante convergência com o comentário de Camus a respeito da contextualização do homem revoltado, no âmago das sociedades ocidentais. Segundo o pensador, no ocidente, “uma igualdade teórica oculta grandes desigualdades reais”, ao passo que o caráter holístico das sociedades orientais impede que tais desigualdades sejam questionadas⁴.

A necessidade de uma fundamentação histórica do movimento leva Ferréz a explicitar, na sociedade brasileira, os mesmos sintomas observados pelo escritor francês:

Um dia a chama capitalista fez mal a nossos avós, agora faz mal a nossos pais e no futuro via fazer a nossos filhos, o ideal é mudar a fita, quebrar o ciclo da mentira dos “direitos iguais”, da farsa do “todos são livres”, a gente sabe que não é assim, vivemos isso nas ruas, sob os olhares dos novos capitães do mato, policiais que são pagos para nos lembrar que somos classificados por três letras classes: C, D, E⁵. (FERREZ, 2005, p.10)

Muito se tem discutido sobre a perplexidade da crítica diante do estatuto indefinido dessa produção, entre testemunho, biografia e criação ficcional, bem como sobre o estranhamento causado pelo seu acento de língua coletiva, arrebanhando vozes e versões de uma comunidade, no intuito de formar o mosaico de uma língua geral. O que aqui propomos é pensar esta amostragem da literatura marginal, segundo sua lógica interna, que é a do hibridismo, combinada às nuances de tom entre revolta e ressentimento, na medida em que determinados relatos ou depoimentos da experiência espoliada manifestam diante do opressor, uma perspectiva mais raivosa, substituindo a notação crítico-sensível da circunstância pela ameaça rancorosa e ideológica de ajuste de contas.

Nesse quadro, alguns preferem relacionar a vivência da espoliação periférica, à memória histórica da opressão negra, em chave direta e sem mediações, numa abordagem prioritariamente étnica da interpretação da violência. É o caso, por exemplo, da série de textos engajados do paulista Ridson, atuante no movimento *Extremamente*, de cordel urbano. Os três são poemas longos, com uma metrificacão distribuída entre decassílabos e outros versos maiores, combinados em rimas regulares ou não, ou ainda, por assonâncias e aliteraões, compondo uma musicalidade forte e agressiva.

No primeiro, o “Plano Senzala”, o eu lírico, a partir de uma situação carcerária inicial, termina por estendê-la ao Brasil, figurado como uma grande prisão dos pobres a serem vingados. Nos outros dois poemas, “Epidemia” e “Fósforo”, a perspectiva da “rebelião” se inscreve ainda com mais clareza, na medida em que o livro e os recursos intelectuais são, freqüentemente invocados como meios possibilitadores do revide:

Eu sou a podridão que você abomina. / Seu filho viciado em cocaína. / Represento o detento dando tempo ao tempo. / Planejando o retorno, lendo, escrevendo. // (...)
A guerra prolifera, o levante da favela. / Não é uma ameaça, é uma promessa. / Promessa de terror, horror, incêndio. / Por isso, playboy, tenha medo.// (...)
Extremamente, centro de terapia intensiva. / Tratamento de choque contra guetofobia. / Bisturi da cirurgia sem anestesia. / Extirpa o câncer da sua covardia, burguesia. (FERREZ, 2005, p.77)

Neste “Epidemia”, é de se notar o quanto a cultura periférica e suas instituições, como os movimentos organizados, à semelhança do *Extremamente*, são vistas como estágios preparatórios à eclosão da violência do oprimido, insuflada pela memória dos séculos de opressão. Em “Fósforo”, por fim, a imagem do “porão negreiro” mais uma vez é invocada para encenar a treva do momento que antecede a rebelião, enquanto a guerra é nomeada como “guerrilha por abolição” e a “revolta na alma” acompanha o herói do gueto, “com droga e arma”. Sem dúvida, é significativa a seleção dos elementos caracterizadores do conflito, bem como a celebração do revide violento pelo “alvará de soltura”.

O mesmo enredo de guerra declarada entre a cidade branca e a periferia negra é contado pelo escritor angolano Agualusa, num de seus últimos romances *O ano em que Zumbi tomou o Rio*, em que a ascendência do luso-tropicalismo de Freyre fica explícita e embora não esteja mencionada, está claramente discutida em outras obras suas, como *A estação das chuvas* e *Nação Crioula*. Em nossa atual reflexão, o escritor será tomado como uma espécie de emblema de uma determinada corrente de pensamento sobre a cultura brasileira, encarnada por obras de escritores e artistas a quem ele dedica o romance⁶.

Em *Zumbi*, assim como nos demais romances, o nexos cultural ibero-afro-brasileiro assalta a linguagem com um hibridismo, em que o português do Brasil, o de Portugal e o de Angola, com suas gírias e falares, se misturam forjando o chão literário de uma pátria transnacional, a língua portuguesa diferida, no horizonte de sua ampla comunidade cultural. Assim, as gírias da favela carioca, como “mano”, “tá ligado” e outras, incluídas nos *raps* apropriados pela narração, se enlaçam com palavras como “fato” no lugar de terno, ou “telemóvel”, ao invés de celular, ou ainda com o léxico de origem africana do português angolano como “muadié”, ou “cota” ou, por exemplo, “beçangana”. O efeito geral é estranho e onomatopaico, de uma musicalidade difusa e um tanto exótica.

Por outro lado, a sensibilidade do lugar, a porosidade às suas texturas e substâncias invade, com frequência as sensações e a interioridade dos personagens, criando, de certa forma, uma atmosfera de organicidade tropical entre espaço material e personagens, bem de acordo com a ecologia freyriana.

Na guerra travada pelos negros e mulatos, nos altos, contra os brancos — e ou a civilização branca da parte de baixo — os traficantes do núcleo situado no fictício Morro da Barriga, ajudados por contrabandistas de armas angolanos, não só resolvem usar os ganhos das drogas para se armarem, como também decidem expandir sua revolta e doutrinar os demais exércitos ilegais dos outros morros, visando uma invasão estratégica à cidade.

Os personagens, por sua vez, inteiriços e bem definidos, pertencem a um largo espectro sócio-cultural, mas ao mesmo tempo em que partilham a condição de ideais-tipos de distintos gêneros — negros e mulheres de diferentes inserções sociais — são capazes de, cada um a seu modo, enunciarem convicções do autor. Em conjunto, compõem uma espécie de orquestra monológica, na acepção de Bakhtin, para, numa dinâmica centrípeta, comprovarem as postulações autorais.

Os negros e mulatos belicistas do Morro da Barriga; Jararaca, o chefe, e Jacaré, seu soldado e “rapper”, revoltado e hostil, são modelares no ressentimento contra a sociedade que os discrimina. O primeiro, inclusive, tendo assumido a condição de “porta-voz da população de origem africana” chega a declarar, como uma espécie de alter-ego do autor: “África já foi descolonizada. Falta descolonizar o Brasil (...) Queremos ver os índios e os negros no poder” (AGUALUSA, 2002, p.150).

Por sua vez, o casal brasileiro formado pelo delegado de polícia Jorge Velho e sua mulher negra, “a socióloga Bárbara Velho, do Movimento Negro, autora de um estudo de referência sobre os morros cariocas” (AGUALUSA, 2002, p.165), igualmente

expressam posições autorais. O primeiro pronuncia uma espécie de sentença-síntese do ideário de Agualusa, que, como tentamos demonstrar, busca, através da ficção extrema da guerra, recuperar a validade da mestiçagem como horizonte de expectativas capaz de re-solidarizar a “comunidade imaginada” brasileira, dispondo-a no contexto ibero-afro-americano.

— (...) Podíamos ser todos de uma única raça. Um povo da raça Brasil. Os portugueses iniciaram este país, afinal, fazendo-se jantar pelos índios. Pode existir assimilação mais completa? E depois disso fomo-nos todos comendo uns aos outros — e eu acho lindo! Mas sabe o que aconteceu? Alguns de entre nós se descobriram negros porque não os deixam ser brasileiros. Eu não quero que isto se transforme numa guerra racial (AGUALUSA, 2002, p.261).

A segunda personagem — ao final do romance, candidata à presidência da república, em segundo turno, depois da renúncia do presidente José Inácio [1] — é capaz de mediar uma entrevista agressiva do rapper Jacaré com a seguinte declaração:

O aumento da tensão racial, inclusive a violência, parece-me inevitável à medida que a grande massa negra se for apercebendo da sua situação. Eu acho que os negros devem tentar organizar-se politicamente para reagir contra a opressão. Acho que devemos procurar vias pacíficas, institucionais, respeitando a lei. O problema é que a juventude não quer perder mais tempo. Você pode ver. Eles estão ansiosos (AGUALUSA, 2002, p.671).

A posição do casal é complementar, na medida em que justifica a revolta dos negros, ao mesmo tempo em que busca absorvê-la, na recuperação de uma perspectiva reunificadora, a da “raça Brasil”. Ora a “raça Brasil” decerto confirma a tese de Gilberto Freyre também desenvolvida por Jorge Amado, sobre a “grandeza da solução brasileira do problema das raças: a fusão, a mistura, o caldeamento, a miscigenação” (AMADO, 1969, p.134).

Nesse sentido, pode-se avaliar a posição do discurso de *Zumbi*, a partir da lição de Bakhtin, como sendo “bivocal de orientação única”, na medida em que através da estilização do pensamento da mestiçagem, ao qual pretende conferir uma consistência política, o romance dialoga com a atual afirmação identitária da negritude, tanto para validá-la, quanto para conciliá-la com a perspectiva esperançosa do Brasil como comunidade imaginada. Assim o comprova o desenlace da derrota militar combinada à perspectiva de mudança política — com a possível eleição à presidência da república de Bárbara Velho, uma negra militante e despidida de revanchismos.

Por outro lado, subsiste também em Agualusa a valorização, de ascendência rosseauniana, do poder de pressão de uma espécie de “vontade geral” popular capaz de impor-se e de transformar a ordem constituída. O elogio do assimilacionismo ou da capacidade brasileira de integrar diferenças encontra ressonância na leveza de sua dicção sincrética, em que as gírias e o registro oral de várias procedências se aliam ao caleidoscópico das citações, abrangendo músicas, poesia, profecias, e rezas populares.

Conforme podemos então observar, o exemplo da obra do escritor angolano, celebrando em vários títulos, a lusofonia e a matriz luso-tropical como horizontes políticos do sincretismo, contrapõe-se tanto à literatura da “pornografia terrorista”, quanto a uma determinada vertente, bastante concorrida da literatura marginal — engajada no resgate da memória histórica da escravidão como ruptura e revide — para configurar uma encruzilhada da cultura brasileira contemporânea, em que as mitologias da integração e do hibridismo se vêem ameaçadas pelo presente de ressentimento e de conflito.

(Entregue para publicação em Março/2007,
Aprovado em Abril/2007)

REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, José Eduardo. *O ano em que Zumbi tomou o Rio*. Rio de Janeiro, Gryphus, 2002.
- _____. *A estação das chuvas*. Rio de Janeiro, Gryphus, 2000.
- AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. 1ª edição. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1969.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 1981.
- CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Trad. Virgínia Motta. Lisboa, Edição Livros do Brasil, s/d.
- DIAS, Ângela Maria. “A estratégia da revolta: literatura marginal e construção da identidade”. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea Literatura e Testemunho*. Brasília, nº 27, janeiro/junho 2006.
- FERRÉZ (org.). *Literatura Marginal Talentos da Escrita Periférica*. Rio de Janeiro, Agir, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Arte, Ciência e Trópico*. 2ª ed, revista e prefaciada pelo autor. São Paulo, Difel, Brasília, INL, 1980.
- GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro e Imagem e Miragem da Lusofonia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

NOTAS

1 Trata-se do artigo “A estratégia da revolta: literatura marginal e construção da identidade”. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea Literatura e Testemunho*.

Brasília, nº 27, janeiro/junho2006.

2 FERRÉZ (org.), 2005. O livro é uma coletânea que reúne textos selecionados das três edições especiais da revista *Caros Amigos-Literatura Marginal*.

3 Idem, p. 9.

4 A respeito do assunto, o filósofo menciona, por exemplo, “o regime de castas hindu”, ou “certas sociedades primitivas” para reconhecer a inviabilidade da revolta como fenômeno histórico nesses contextos.

5 FERRÉZ, 2005, p. 10.

6 A dedicatória é a seguinte: “Para Jorge Amado, Rubem Fonseca, João Ubaldo Ribeiro e Cacá Diegues. Ainda para Chico Buarque, Gilberto Gil e Caetano Veloso, porque foi com eles que descobri o Brasil. Para os cariocas”. Acreditamos que, se retirarmos os nomes de Rubem Fonseca e de Chico Buarque, os demais podem ser vistos como integrantes de uma linhagem de pensamento herdeira da mestiçagem e do estilo lusotropical.